

**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL  
REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
DO MONTEPIO GERAL ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA**

Exmos. Senhores Associados,

Cumprindo o disposto no nº 1 do artigo 36º dos Estatutos, o Conselho Fiscal deve elaborar um relatório e um parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em Dezembro de 2018.

Como foi referido no relatório relativo às contas individuais do MGAM, o Conselho Fiscal ora em funções não pôde acompanhar a atividade do Grupo Montepio em 2018.

Todavia, como se encontra descrito no ponto “Enquadramento geral do trabalho realizado”, este procurou inteirar-se das circunstâncias e dos factos que determinaram a situação financeira do Grupo Montepio reportada à data de 31 de Dezembro de 2018.

Em resultado desse trabalho, foram identificados aspetos que reclamam análise aprofundada e, mesmo, medidas corretoras.

Com efeito, importa definir uma agenda de relacionamento com os órgãos apropriados das unidades participadas – mormente, o Banco Montepio e as participadas do setor segurador -, que permita o acompanhamento da sua evolução, desejavelmente e sempre que possível, numa base trimestral.

A referida agenda de relacionamento será implementada pelo Conselho Fiscal, em articulação com o Conselho de Administração, já a partir de Julho de 2019.

A definição e operacionalização de uma adequada plataforma tecnológica que permita uma transmissão atempada de informação sobre a atividade, nomeadamente, financeira, das principais unidades que integram o Grupo é, também, um desiderato que importa alcançar, mobilizando as capacidades e os recursos existentes neste domínio.

A plataforma em apreço deve incluir, em particular, os procedimentos de *reporting* das unidades participadas para a sociedade mãe, definindo os respetivos termos e *timings*.

Estas medidas, e outras afins que venham a revelar-se necessárias ou pertinentes, recomendam a realização de uma análise circunstanciada dos recursos humanos necessários para a sua eficaz operacionalização.

## RELATÓRIO

### ENQUADRAMENTO GERAL DO TRABALHO REALIZADO

Sublinha-se que, com a tomada de posse em 3 de janeiro de 2019 dos órgãos associativos do Montepio Geral Associação Mutualista (MGAM) que inclui este Conselho Fiscal, foi decidido desde logo e, no âmbito das suas funções, acompanhar o processo de preparação e divulgação de informação financeira, bem como apreciar a certificação legal das contas anuais de 2018, quer em termos individuais, quer em termos consolidados.

O Conselho Fiscal reuniu por diversas vezes com o Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo, acompanhando o desempenho, preocupação e responsabilidade pela apresentação fidedigna das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, no sentido de as mesmas representarem as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada em total acordo com as políticas e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia. Neste mesmo sentido, obteve a garantia de que os critérios valorimétricos adotados conduzem a uma correta apresentação do património e dos resultados do MGAM e das empresas incluídas no perímetro de consolidação.

O Revisor Oficial de Contas do Banco Montepio esteve presente numa reunião do Conselho Fiscal, particularmente na apresentação do relatório emitido pela KPMG às contas consolidadas do exercício de 2018 do Banco Montepio, cuja análise e discussão permitiu o melhor esclarecimento dos assuntos reportados.

De notar, ainda, que o acesso do Conselho Fiscal à informação financeira de 2018 foi realizado com prontidão, sem que tenham surgido quaisquer constrangimentos no exercício das suas funções.

O Conselho Fiscal considera que, na decorrência das reuniões com os membros do Conselho de Administração, em 2019, se tem atribuído crescente e reforçada importância ao desenvolvimento e aperfeiçoamento do sistema de controlo interno, de gestão de risco, de auditoria interna e de *compliance*.

## ASPECTOS RELEVANTES

A atividade do Grupo Montepio no exercício de 2018 foi marcada, no essencial, pelos seguintes acontecimentos:

- a. Adaptação de processos e procedimentos ao novo regime de tributação do MGAM em sede de IRC;
- b. Aprovação de um novo modelo de governo na participada CEMG e tomada de posse dos membros do novo Conselho de Administração em Março de 2018;
- c. Alienação pela CEMG da participação qualificada no Fundo de Investimento Imobiliário Valor *Prime* e consequente desconsolidação/melhoria dos seus rácios de Capital;
- d. Alienação pela CEMG da participação de 45,78% no Banco Terra de Moçambique à *holding Arise* e consequente desconsolidação/melhoria dos seus rácios de Capital;
- e. Constituição da sociedade Montepio Residências para Estudantes em Abril de 2018, que atualmente explora três residências universitárias em Lisboa e uma em Évora;
- f. Entrada em vigor do novo Código das Associações Mutualistas no dia 2 de Setembro de 2018, data que deu início ao período transitório, de 12 anos, para adaptação e convergência dos requisitos regulatórios e financeiros das associações mutualistas aos requisitos regulatórios e financeiros da atividade seguradora e ao novo regime de supervisão financeira;
- g. Apresentação, em Novembro de 2018, do Plano de Transformação a 5 anos, da mudança da imagem e da marca comercial da CEMG para Banco Montepio;
- h. Eleição dos órgãos associativos do MGAM para o triénio 2019/2021 em Dezembro de 2018 e tomada de posse no dia 3 de Janeiro de 2019;
- i. Alienação, no dia 31/12/2018, de aproximadamente 160.000 ações da CEMG, que consubstanciou a abertura do Capital da CEMG a cerca de 40 entidades da economia social.

## ANÁLISE DO RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS DE 2018

O balanço e as demonstrações financeiras consolidadas de 2018 do MGAM, objeto da análise que se segue, refletem os ativos, passivos, proveitos e custos do Grupo Montepio, adiante designado, simplesmente, por Grupo.

O Grupo, em termos consolidados, incorpora 31 empresas subsidiárias e um empreendimento conjunto, consolidados pelo método integral, 8 empresas associadas, consolidadas pelo método de equivalência patrimonial e, ainda, 9 fundos de investimento, consolidados pelo método integral.

Estas 49 unidades, objeto de consolidação, representando as três atividades cruciais do Grupo, atividade mutualista, atividade bancária e atividade seguradora, são agregadas - mas não, simplesmente, somadas algebricamente -, com respeito pelas regras que regem a elaboração de contas consolidadas.

Uma vez agregados, os valores do balanço e das demonstrações financeiras não permitem a formulação de uma análise segmentada, ou segregada, das várias atividades do Grupo.

Por isso, considerou-se útil e pertinente sublinhar, necessariamente de forma sinótica, os aspetos marcantes da evolução das atividades mutualista, bancária e seguradora.

**a.** No tocante à atividade mutualista, há que realçar a evolução desfavorável das receitas associativas – que se reduziram 224 milhões de euros (adiante M€) em termos homólogos -, devido, no essencial, à redução, de 208 M€, nos valores relativos a subscrições da modalidade Montepio Capital Certo.

O número de associados e de subscrições registam, igualmente, reduções de -2% e de -3,4%, respetivamente, em termos homólogos, apesar de, no decurso do ano de 2018, ter sido possível captar quase 30 000 associados.

O ativo líquido do MGAM ascendeu, em 2018, a 3 777 M€, registando-se uma variação homóloga negativa de -4,3%. Note-se que quase metade do ativo respeita à participação no capital do Banco Montepio, a qual aumentou, em termos relativos, 2 pontos percentuais de 2017 para 2018.

O resultado líquido atingiu, em 2018, 1,6 M€, sendo que o grau de cobertura das responsabilidades evidenciou um significativo aumento relativamente a 2017 (18%), tendo alcançado o valor de 125%.

- b.** Quanto à atividade do Grupo Banco Montepio, cumpre referir a quebra do ativo líquido (variação homóloga de -9.2%) que atingiu 1 849 M€, em resultado da estratégia de desalavancagem prosseguida, a qual impactou fortemente no crédito a clientes, que se reduziu em 906 M€ (- 7% em termos homólogos). Saliente-se que, em 2018, o peso relativo do ativo consolidado do Grupo Banco Montepio no ativo consolidado do Grupo Montepio, ascendia a 88,4%, menos do que em 2017 (89,9%) e muito menos do que em 2016. Com efeito, no triénio 2016/2018, o peso do ativo consolidado do Banco no ativo consolidado do Grupo, reduziu-se em 5 pontos percentuais.
- O produto bancário registou uma quebra de mais de 25% em relação a 2017, sendo que a margem financeira se situou em 248,1 M€, comparando, desfavoravelmente, com o valor de 266,2 M€, verificado em 2017, devido, basicamente, à diminuição dos juros da carteira de crédito e da carteira de títulos. Por seu turno, o passivo consolidado do Banco Montepio reduziu-se 1 623 M€, face ao valor registado em 2017, devido, no essencial, à redução de recursos obtidos em bancos centrais e OIC (- 704 M€) e da dívida emitida (- 636 M€).
- Os capitais próprios do Banco quedaram-se em 1 537 M€, quase -13% do valor registado em 2017. Esta substancial redução foi, porém, determinada, em medida não despicienda, pelas consequências desfavoráveis do ajustamento de transição para a IFRS 9 (que valoriza a “perda esperada” em detrimento da “perda incorrida”). Este ajustamento determinou, por si só, uma redução dos capitais próprios de 128 M€.
- O resultado líquido do Banco Montepio, atingiu 12,5 M€, o dobro do verificado em 2017, sendo que o rácio de capital total registou um valor confortável (14,1% contra 13,3% no período homólogo).
- c.** Relativamente à atividade seguradora e de gestão de fundos de pensões, há que realçar o aumento do ativo (1 174 M€), mais 6,2% em termos homólogos. De notar, também o aumento do valor dos fundos de pensões geridos e da produção de seguro direto.
- O resultado líquido, na vizinhança de 1 M€, compara muito bem com o valor registado em 2017 (- 11 M€).
- Deve ainda referir-se, a finalizar, que as margens de solvência, com exceção da Lusitânia Vida, melhoraram – no caso da Lusitânia, Companhia de Seguros, substancialmente - em termos homólogos.

- d. Analisemos, agora, o balanço consolidado e as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2018.

O balanço consolidado ascendeu a 20 761 M€ (variação homóloga de -7,5%).

O crédito a clientes retraiu-se quase 7%, atingindo o valor de 12 104 M€, mas o seu peso relativo no balanço consolidado aumentou 0,4 pontos percentuais.

Por sua vez, o passivo cifrou-se em 20 501 M€, ou seja, -6,5% em termos homólogos. Para tal desiderato, contribuiu a significativa redução de recursos de bancos centrais e OIC (cujo peso relativo passa de 14,9% em 2017 para 12,7% em 2018).

Os recursos de clientes, mantendo-se praticamente iguais em termos absolutos, aumentam o seu peso relativo em 5 pontos percentuais, em termos homólogos.

Os capitais próprios consolidados apresentam um valor de 260 M€, bem aquém do valor verificado em 2017 (527 M€). Para esta redução contribuiu, significativamente, como já foi mencionado, o impacto desfavorável da adoção da IFRS 9 mas, também, diferenças cambiais, desvios atuariais e alterações do justo valor.

- e. Em matéria de resultados consolidados, há que reter o seguinte.

O produto da atividade/proveitos operacionais, atingiu o valor de 1 127 M€, o que significa uma quebra de quase 25% em termos homólogos.

Para este desiderato, concorreu a quebra da margem financeira (285 M€ *versus* 329 M€ em 2017) e, bem assim, os “proveitos inerentes a associados” que se reduziram 229 M€, devido a diminuição das quotizações e capitais recebidos da atividade mutualista.

No que se refere à evolução dos custos operacionais, é mister destacar que os mesmos se reduziram, em termos homólogos, em 211 M€, atingindo, em Dezembro de 2018, o valor de 1 034 M€.

A este propósito, deve notar-se que os custos com o pessoal e os gastos gerais administrativos, em conjunto, se reduziram, em termos homólogos, em 5 M€.

O resultado consolidado do exercício excedeu, ligeiramente, os 4 M€. Para tal desiderato, contribuiu, muito acentuadamente, o resultado de “operações em descontinuação”, no valor de mais de 36 M€ (atribuível aos resultados apurados no Finibanco Angola, que, de resto, excederam a referida verba).

O resultado atribuível ao MGAM cifrou-se em 542 mil euros.

- f. A concluir, afigura-se importante deixar expressa uma breve nota sobre a síntese dos principais indicadores consolidados do Grupo Montepio.

O número de colaboradores reduziu-se, em termos homólogos, 4,1%, ascendendo a 5 179, dos quais, mais de 75% laboravam no Grupo Banco Montepio.

O número de balcões na rede doméstica manteve-se (324), tendo sido reduzidos em 10 (de 34 para 24), os balcões da rede internacional.

Como já foi referido, os indicadores financeiros são, globalmente, positivos, quer em termos de grau de cobertura das responsabilidades, quer em termos de margem de solvência das seguradoras, quer ainda, e principalmente, no que se refere ao rácio de capital total atingido pelo Banco Montepio (14,1%), que se situou algo acima do requisito definido.

### **APRECIÇÃO DA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS**

Na apreciação das Demonstrações Financeiras do exercício, o Conselho Fiscal teve em especial consideração a Certificação Legal das Contas do MGAM elaborada pelos auditores externos, KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA, entidade que acompanhou e auditou as contas consolidadas, bem como as contas individuais do Grupo. O seu parecer expressa a opinião de que as Demonstrações Financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Grupo Montepio.

O parecer apresenta três ênfases, sendo uma recorrente, relativa à alteração da situação da tributação em sede de IRC, outra determinada pela aprovação do novo Código das Associações Mutualistas e inerente alteração do regime de Supervisão do MGAM, e, a terceira, que expressa e reitera a necessidade de o Grupo Montepio fazer face às suas exigências de liquidez e de assegurar o cumprimento dos planos de negócios das suas participadas.

A Certificação Legal das Contas não apresenta qualquer reserva e conclui, relativamente ao relatório de gestão, que o mesmo, transcreve-se, *“foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares em vigor, a informação dele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais”*.

## **PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS DE 2018**

1. O Conselho Fiscal, nos termos regulamentares e das suas competências estatutárias, apreciou o Relatório de Gestão e Contas Consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 do MGAM, preparadas pelo Conselho de Administração.
2. O Conselho Fiscal apreciou as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas elaborada pela KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA, sobre as demonstrações financeiras, emitida com três ênfases.
3. O Conselho Fiscal acompanhou o processo de preparação do Relatório de Gestão e Contas, elaborado de acordo as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) para o exercício findo de Dezembro de 2018, nomeadamente a respetiva versão final aprovada pelo Conselho de Administração em 19 de Junho de 2019. Para a preparação do parecer, o Conselho Fiscal reuniu com membros do Conselho de Administração, Serviços do MGAM e com o Revisor Oficial de Contas, tendo solicitado as informações e esclarecimentos que considerou relevantes para dar cumprimento às normas legais e estatutárias aplicáveis.
4. Tanto quanto é do conhecimento do Conselho Fiscal, a informação financeira foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, incluindo o cumprimento das políticas contabilísticas definidas no IFRS9, dando uma imagem verdadeira e apropriada da situação patrimonial e financeira e dos resultados do MGAM e das sociedades incluídas no seu perímetro de consolidação, sendo que o Relatório de Gestão e Contas Consolidadas espelha de forma correta o negócio e os riscos associados relevantes para o MGAM observando o princípio de continuidade.
5. Nestes termos, tendo em consideração as informações que nos foram facultadas pelo Conselho de Administração e pelos Serviços e, ainda, conclusões constantes da Certificação Legal das Contas sobre as demonstrações financeiras consolidadas emitida pela KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, somos de parecer que a Assembleia Geral aprove:
  - a) o relatório de gestão;
  - b) as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2018.



O Conselho Fiscal entende, por último, manifestar o seu agradecimento tanto ao Conselho de Administração, como aos Serviços do MGAM e Auditor Externo, cuja colaboração contribuiu, e muito, para o exercício das suas funções.

Lisboa, 27 de Junho de 2019

#### **O CONSELHO FISCAL**

---

***Ivo Pinho***

---

***Ana Harfouche***

---

***Isabel Cidrais Guimarães***